TC 1539

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

Comissão constituída para apoiar as posições de **Fretilin** na Sessão sobre **Timor Leste** do Tribunal Permanente dos Povos

Commission constituted to support the positions of **Fretilin** in the Session on **East Timor** of the Permanent Peoples Tribunal

DOC.Nº3

- AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE SOCORRO ESTÃO A AJUDAR O GOVERNO INDONÉSIO A APRESENTAR-SE COMO AUTORIDADE LEGÍTIMA EM TIMOR-LESTE

(Joel Rocamora)

Rua Pinheiro Chagas 77, 2.° esq.°

1000 Lisboa Portugal

☎ **57 47 18**

"Na controversa confusão que rodeia a recente história de Timor-Leste, o incremento quase dramático, que nos últimos 9 meses tem sido dado no sentido de melhorar as condições do povo timor, não mereceu a devida atenção."

(Richard Holbrooke, Assistente do Secretário de Estado para a Asia e para o Pacífico. Testemunho ao Congresso Americano, a 10 Junho de 1980)

Para a Indonésia, o sofrimento do Povo de Timor é simultaneamente uma oportunidade. Durante três anos as forças de ocupação indonésias, em Timor-Leste, forçaram a população ao genocídio pela fome, de uma forma tão atroz, como a situação verificada no Kampucheia.

No entanto, e porque o governo indonésio expulsou,da ilha, todos os observadores estrangeiros, poucos foram os que tiveram conhecimento da situação antes de 1979, quando a queixa dos timores foi apresentada, e a Indonésia foi forçada a solicitar o auxílio internacional. Com a ajuda dos seus aliados orientais, a Indonésia foi realmente bem sucedida, manipulando a seu favor a publicidade agora gerada em torno de Timor-Leste. Onde, em 1979, os primeiros relatórios internacionais sobre o genocídio pela fome,em Timor, imputavam a maior responsabilidade à invasão indonésia e à ocupação militar da ilha, uma análise das causas da situação, feita em meados de 1980, vinha substituí-la por descrições dos esforços indonésios no sentido da reparação dos danos.

Durante o período que medeia entre a invasão de Timor-Leste, em Dezembro de 1975, e a actualidade, a Indonésia tem tido um procedimento difícil quer no plano das operações militares quer no das posições diplomáticas. No solo, a Indonésia utiliza táticas que vão desde a execução em massa aos bombardeamentos de Napalm nas aldeias timores. A principal causa da fome foi, justamente, a campanha intensiva de bombardeamentos em 1977 e 1978 uma vez que os ataques aéreos impossibilitavam a sementeira às populações da montanha.

Diplomaticamente, a Indonésia, não fez a mínima tentativa para se justificar perante a comunidade internacional, ignorando as repetidas resoluções das Nações Unidas que apelam ao Direito à auto-determinação de Timor-Leste e continuando a manter de fora observadores estrangeiros. O facto da política de controle e conhecimento ex-

clusivo da situação, continuar restringida à Indonésia, foi sublinhado quando as tropas indonésias, ainda antes da invasão de 1975, assassinaram 5 jornalistas australianos.

Orientada pela Austrália e pelos Estados Unidos, a tentativa de manter o problema de Timor-Leste fora da agenda das preocupações internacionais falhou redondamente por parte dos aliados indonésios.(1)

Nos últimos 4 anos, a posição pública típica dos Estados Unidos sobre as acções indonésias em Timor-Leste tem sido a de negar o conhecimento das atrocidades, e logo a seguir, declarar que situação "está a melhorar". Assim, Richard Holbrooke, Assitente do Secretário de Estado para a Ásia e o Pacífico, disse no Congresso de 10 de Junho de 1980:"Estou satisfeito por poder informar a grande melhoria de condições já verificada, estando já a situação normalizada em muitas áreas; e gostaria de elogiar e manifestar o meu apreço pelos excelentes esforços das agências internacionais, do Governo Indonésio, e de todos os que contribuiram para este esforço que teve por resultado o salvamento de muitas vidas timores." O testemunho de Holbrooke incluía um pequeno 'historial' dos recentes acontecimentos, em Timor-Leste, de acordo com o qual a Indonésia interveio em Timor-Leste para acabar com "um potencial foco de instabilidade para as suas regiões de Leste" e que não mencionava qualquer das táticas indonésias ou responsabilidades no prolongamento do sofrimento do povo de Timor.

Mais grave se torna a situação, pelo facto de Edward E.Masters, Embaixador Americano na Indonésia, não ter revelado a existência de uma situação de fome, senão 9 meses depois de ter tido conhecimento dela pela primeira vez. Aparentemente, Masters mostrava-se relutante em ofender os generais indonésios que ainda continuavam a empreender campanhas sucessivas contra a resistência à ocupação e não queriam que qualquer presença estrangeira observasse ou gravasse as suas acções Só depois do governo indonésio ter dissolvido o seu comando especial para Timor, e ter convidado o Comité Internacional da Cruz Vermelha a investigar a situação, é que Masters comunicou ao Departamento de Estado que existia, em Timor, "uma tal situação, que justificava o auxílio dos E.U."

Uma vez tornada conhecida a situação, de fome, existente, a imprensa internacional dispensou-lhe grande atenção, particularmente, em finais de 1979 e princípios de 1980. Até o conservador New York Times,

fez sair um editorial contra a "injusta guerra em Timor-Leste" (24 de Dezembro de 1979) e o Christian Science Monitor, vários e exaltados artigos de Daniel Southerland que desmascaravam a cumplicidade dos E.U.A. na tragédia de Timor. No entanto, na Primavera de 1980 relatórios sobre Timor-Leste focaram o genocídio pela fome apenas como
1 problema estritamente humanitário com poucas implicações políticas. A cuidadosa e elaborada campanha efectuada a nível dos mass media, no sentido de difundir a questão de Timor, não só a despolitizou como favoreceu os Indonésios com grandes realizações no sentido da luta contra as carências alimentares.

A 23 de Maio de 1980, David Jenkins, há muito na Indonésia como repórter da Far Eastern Economic Review, ilustrava o sucesso da campanha. Usando quase exactamente as mesmas palavras que Holbrook utilizara no seu testemunho ao Congresso, Jenkins escreveu que "grandes melhoramentos tinham sido feitos relativamente ao bem estar do povo." "Há sete meses" continuava Jenkins "o povo de Timor-Leste morria aos milhares, com os corpos horrivelmente consumidos pela subalimentação e pela doença. Desde então, uma operação de auxílio americano, no valor de 8 milhões de dólares, a cargo do Comité Internacional da Cruz Vermelha em colaboração com a Cruz Vermelha Indonésia, conseguiu um pequeno milagre lançando mão da situação que foi descrita como sendo idêntica à que já se observara no Kampuchea e no Biafra." Explicando as causas da fome, Jenkins põe em paralelo os 17 dias de guerra civil de 1975 e os quatro anos e meio de invasão indonésia e esforços no sentido da pacificação do território. Também inculpa"a região que em grande parte é estéril,o solo ressequido por longas secas, e submetido a breves mas fortes chuvas de monção." Porém, esquece-se de assinalar que não há memória destas condições terem alguma vez levado a população à fome.

O cientista e político australiano, Pat Flanagan, apelida de "solução final" a estratégia indonésia utilizada em Timor-Leste. Em Dezembro de 1979, na Austrália, Flanagan comentou num discurso:"Evito normalmente a utilização deliberada do termo "genocídio" pelo uso e abuso indiscriminado que dele é feito (tal como "fascismo" e "crise") por pessoas de todos os quadrantes políticos. Mas não há dúvidas de que, se os artigos das Nações Unidas - Convenção de Genebra - que definem "genocídio" são aplicados, então é exactamente isso que se passa em Timor-Leste."

A Lista,apresentada por Flanagan, dastácticas que a Indonésia utilizou, no campo político, para destruir a resistência Timor, é sucinta e aterradora:

- Terror militar directo: A destruição de todas as aldeias e o massacre dos seus habitantes; bombardeamentos navais e aéreos (helicoptero e fighter-bomber) e, em geral, o indiscriminado e sistemático genocídio em massa;
- Tortura sistemática, violações e pilhagens;
- Destruição de culturas, política da terra queimada, desfolhamento - em regra geral, destruição do sistema agrícola como meio de submeter,pela fome,a resistência popular;
- Conduzir para "campos de concentração urbanos", essa população submetida pela fome. De acordo com informação oficial indonésia recentemente noticiada por Peter Rodgers, jornalista do Sydney Morning Herald, há pelo menos 150 desses campos, com cerca de 30.000 pessoas, cujas condições físicas se agravam;
- Finalmente, a população mantida nesses'campos de concentração', subalimentada e doente, em muitos casos, morrendo de fome está ainda, deliberadamente, privada de cuidados médicos e bens alimentares.

Como resultado, morreram pelo menos 100.000 timores, talvez mesmo 200.000 (cerca de 1/6 a 1/3 da população). A 1 de Abril de 1977, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, admitiu que 50.000 a 80.000 pessoas tinham sido mortas em Timor-Leste. Então, a Delegação da Comissão Australiana de Radiodifusão, em Washington, perguntou ao Departamento de Estado dos E.U. o porquê de uma tão grande disparidade entre a estimativa de Malik e a dos E.U.A. que apenas admitia que 3.000 a 10.000 pessoas tinham sido mortas:" Se é verdade que Malik disse isso, então ele está enganado."

Anteriormente à invasão indonésia, não se conhece com exactidão o número de habitantes de Timor-Leste, mas fontes religiosas timores e portuguesas fazem, para 1975, uma estimativa que oscila entre 663.000 e 700.000 habitantes. A Guerra Civil de Agosto de 1975 reduziu a população tendo em conta cerca de 3.000 mortos e 4.000 refugiados que não voltariam posteriormente. Por conseguinte,depois da Guerra Civil mas antes da invasão a população orçaria entre os 656.000 e 693.000 habitantes. Em Outubro de 1979, os Indonésios disseram ao jornalista australiano, Peter Rodgers, que a população era de 523.000 habitan

tes, o que representa um decréscimo variável entre os 130.000 e os 170.000 habitantes relativamente a 1975 e antes da invasão.

Apesar de ter sido dito a Rodgers que o número de 523.000 era o resultado de uma apurada apreciação de momento, fontes oficiais indonésias tentaram, ulteriormente, ampliar as suas estimativas. Em Novembro de 1979, um militar indonésio forçou os jornais a citarem o nº de 612.017 habitantes; um mês depois, o comandante militar de Timor-Leste afirmava que a população rondava os 592.603 habitantes; em Janeiro de 1980, uma delegação do Congresso dos E.U.A., de visita a Timor-Leste, falava de 598.603 habitantes.

Seja qual fôr a população actual de Timor-Leste, é evidente que um grande número de timores tem vindo a ser morto ou tem morrido como resultado da ocupação indonésia. Para os que sobreviveram, não há esperança de voltarem "ao normal" visto que a política indonésia de 'amontoamento' da população em 'aldeamentos controlados' transforma radicalmente as bases sociais e económicas da vida dos timores. Apesar do Secretário de Estado Assistente, Holbrooke, ter omitido no seu testemunho ao Congresso de 1980, a referência a estes estabelecimentos reconhecera, no entanto, em 1979, que cerca de 200.000 viviam então em 150 'aldeamentos controlados'. Com efeito estes estabelecimentos são, potencialmente, 'campos de concentração' visto que os seus habitantes não são autorizados a deixá-los sem a autorização do exército indonésio. Segundo um relatório de 1979 do Australian Council for Overseas Aid, em alguns casos, são mesmo forçados a trabalhos não remunerados. Henry Kamm, escrevendo no New York Times (28 de Janeiro de 1980) revelou que:"Contrariamente à tradição timor, as pessoas eram instaladas em grupos muito alargados" e que as novas aldeias ficariam situadas à beira das estradas, longe dos locais de estabelecimento tradicionais em lugares selvagens.

Um timor, especialista em agricultura, disse a Kamm que o plano fora estruturado de forma a colocar a população onde fosse possível controlá-la - por parte do exército indonésio - e que isso tornaria Timor-Leste permanentemente dependente da importação de bens alimentares. De acordo com este especialista, e por tradição, os timores habituaram-se a ser auto-suficientes, pela simples razão de que viviam em pequenos grupos e cultivavam todos os vales aráveis do interior. Também Elizabeth Traube, uma antropóloga de Harvard que viveu em Timor-leste cerca de dois anos antes de 1974, refere que os

campos actuais"representavam claramente uma ruptura com a longa duração, os padrões tradicionais de estabelecimento, os quais se adaptavam aos meios de subsistência tradicionais." No entanto, Masters, Embaixador dos E.U.A. na Indonésia, afirmou no seu testemunho ao Congresso de 1979, que os timores estavam a ser mudados para estes campos para lhes serem proporcionadas melhores terras."

Um relatório do pessoal da embaixada americana em Jacarta indicava que, de entre a população mudada para estes campos alguns tinham aceido voluntariamente a mudança enquanto outros tinham sido forçados; mas, no entanto, concluía: " a questão fundamental é que a população está agora nesses aldeamentos e o governo indonésio planeia mantê-la lá ( )." O Governo Indonésio não só pretende controlar militarmente as timores como "pretende vencer-lhes o coração e as ideias", uma vez que professores indonésios estão a ser trazidos para os campos com a missão oficial de 'lavar os cérebros da ideologia da FRETILIN."

Os programas de auxílio iniciados nos finais de 1979 pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e pelo Catholic Relief Services (CRS) suavizaram, claramente, os piores aspectos da fome em Timor-Leste. Na mesma altura, as condições impostas pelo Governo Indonésio, nas suas operações, limitaram o impacto daqueles e impediram a sua acção nas áreas onde se verificaram assassínios, torturas e prisões políticas. Aceitando todas as condições impostas, ao seu trabalho, pelo Governo Indonésio, as duas instituições contribuiram, efectivamente, em favor do esforço indonésio no sentido de utilizar a crise de bens alimentares como meio para legitimar a conquista de Timor-Leste.

Simultaneamente, o governo indonésio limitou os esforços de auxílio excluindo, deliberadamente, todas as outras agências, ainda que algumas delas tivessem já verbas especificamente destinadas a Timor-Leste. Nos últimos meses muitas foram as organizações que fizeram requerimentos no sentido de lhes ser permitida a visita e/ou trabalho em Timor-Leste, apenas para serem recusadas pelo governo indonésio. Entre estas organizações encontra-se a UNICEF, o Indonesian Council of Churches e o Indonesian Bishop's Conference, o Australian Council of Churches, o Australian Catholic Relief e a OXFAN (Londres). A partir do momento em que estas organizações dificilmente qualificariam de sinistros os métodos das forças anti-indonésias, a lógica da

sua exclusão só pode ser entendida através de um minucioso exame das duas organizações permitidas em Timor-Leste.

CATHOLIC RELIEF SERVICES - O CRS detém a maior parte dos dois programas de auxílio. Começou em Setembro de 1979 com um programa de emergência, para 6 meses, e teve como objectivo tentar cobrir 240.000 dos mais necessitados e subalimentados indivíduos distribuídos por 150 'aldeamentos controlados' assim como outros indivíduos noutras aldeias.

Apesar do auxílio do CRS se centrar fundamentalmente em alimentos e cuidados médicos, ambos urgentes, também providenciou no sentido da distribuição de sementes de milho e arroz na época das sementeiras, assim como planeou um programa de trabalho pago em géneros com vista ao desenvolvimento local de infraestruturas,como por exemplo, estradas e sistemas de irrigação.

Pelo que dele se conhece, o programa do CRS apresenta-se eficiente revelando, aparentemente, o esforço da Igreja católica. Mas, de acordo com Pat walsh, do Australian Council for Overseas Aid, o programa do CRS, em Timor-Leste, não é uma acção ligada à Igreja nem tão pouco uma acção empreendida,voluntariamente,por uma agência independente. O CRS está a trabalhar como intermediário do governo dos E.U.A. incrementando um programa de ligação entre governos em termos exclusivamente governamentais. O programa é, essencialmente, um apendice da polîtica externa americana, cuja finalidade não é outra senão a de consolidar e completar, a apropriação por parte da indonésia contra a vontade do povo de Timor-Leste." O governo dos E.U.A. cobriu 6.9milhões de dólares dos 7.2milhões gastos pelo CRS, em Timor-Leste, até Dezembro de 1979; e o AID dos E.U.A. anunciou que apoiaria qualquer pedido de fundos destinado a Timor que, no futuro, fosse feito pelo CRS. Por seu lado,o CRS coopera com os governos americano e indonésio, acentuando quer a situação de fome gerada na Guerra Civil de 1975 quer a pobreza da própria ilha.

Por isso, é compreensível que o programa do CRS se centre nos 'aldeamentos controlados' pelo exército indonésio. Contudo, enquanto a população nesses campos, necessita efectivamente de ajuda, a estratégia dominante nessas áreas dificilmente faz deles a base para um desenvolvimento prometedor em termos de uma auto-suficiência que nem sequer é incrementada.

De acordo com Walsh:"Empenhar-se, a longo prazo, em tais áreas e através do próprio governo indonésio, trabalhar nelas sem as criticar...tem consequências políticas e estratégicas evidentes. Objectivamente falando, não pode haver dúvidas sobre as consequências que o envolvimento de uma organização, feito nestes termos, implica, e que não é outro senão o de fornecer apoio directo à dominação indonésia sobre Timor-Leste."

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA(CICV) - O envolvimento do CICV em Timor-Leste é bastante anterior ao do CRS.

Em 1975, o CICV estabeleceu um conjunto de programas bastante extenso, em cooperação com a administração da FRETILIN. Mas, em Dezembro de 1975 viu-se expulso do território de Timor pelas forças invasoras da Indonésia. Apesar dos pedidos que insistentemente foram feitos, só foi autorizado a voltar ao território de Timor-Leste, em Abril de 1979. Nessa altura e também em Julho desse ano, o CICV, confirmando informações provenientes de outras fontes, pôde observar que a fome grassava nos campos de concentração sob controle indonésio.

Em Outubro de 1979, o CICV iniciou uma operação de auxílio a 60.000 indivíduos considerados em situação mais precária em 8 desses campos de concentração. Apesar das constantes informações acerca do desvio dos alimentos,destinados a esses campos, por parte de funcionários indonésios corruptos, o programa do CICV parece ter aliviado a situação de fome nas áreas onde o seu trabalho foi permitido. Mas não foi apresentada qualquer explicação para os limites impostos pelo Governo Indonésio quanto aos locais onde o CICV estava autorizado a trabalhar e quanto ao trabalho a desenvolver.

O trabalho do CICV, em Timor-Leste, tem sido feito quase exclusivamente pela Cruz Vermelha Indonésia, pois o governo apenas autorizou dois funcionários estrangeiros do CICV a entrar no território de Timor-Leste. Mais grave do que isso, as funções habituais do CICV como sejam as visitas a prisioneiros, a localização de pessoas desaparecidas e fiscalização da aplicação das convenções de Genebra, foram impedidas de serem realizadas. Em contrapartida a Administração da FRETILIN permitiu todos estes programas em 1975.

A renuncia do CICV de insistir no seu legítimo direito de investigar as condições de existência dos presos políticos é particularmente

trágica, pois existem testemunhos concretos e fidedignos de que os indonésios têm torturado e executado prisioneiros políticos. No seu testemunho à HOUSE SUBCOMMITEE ON FOREIGN OPERATIONS, em 10 de Junho de 1980, David Hinkley, secretário americano da Amnistia Internacional, testemunhou:

" A Amnistia Internacional tem fortes motivos para temer que as tropas de ocupação indonésias, em Timor-Leste, executaram membros da FRETILIN que tinham sido capturados ou que se tinham rendido nos termos de uma amnistia que garantia a sua segurança física...A Amnistia Internacional está igualmente preocupada com o facto de só na capital, Dili, se encontrarem presas cerca de 800 pessoas."

Se Hinkley, seguindo o estilo de Amnistia Internacional dá uma imagem bastante 'condescendente' da situação, o mesmo não acontece com Ben Anderson, especialista indonésio da Universidade de Cornell. Começa por afirmar que existem pelo menos 40 prisões em Timor-Leste. "Informações provenientes de diversas fontes incluindo funcionários americanos, descrevem execuções sumárias de guerrilheiros da FRETILIN (resistência nacional) após a sua captura; toda a família...do leader da FRETILIN, Rogério Lobato, irmão mais novo do antigo dirigente da FRETILIN Nicolau Lobato (incluíndo a sua mulher de 17 anos; duas irmãs mais novas; um irmão mais novo; uma irmã de leite, e os pais dela) foram executados pelos indonésios. Muitos antigos guerrilheiros que se renderam após a proclamação de uma amnistia,por Suharto, nunca mais foram vistos.

Outra das preocupações tradicionais do CICV que foi ignorada no caso de Timor-Leste foi a situação dos timores que pretenderam abandonar o território, muitos deles pertencentes a famílias que já haviam abandonado o território em 1975. De acordo com Leon Stubbings, Secretário Geral da Cruz Vermelha Australiana, "o problema é considerado demasiadamente político." Dificilmente qualquer destas pessoas tem ligações com a FRETILIN. No entanto, das 625 pessoas que fizeram pedidos para deixar o território apenas 295 foram autorizadas a fazê-lo. A maior parte destes são de etnia chinesa e foram forçados a pagar elevadíssimos subornos. Os Timores e os Portugueses não foram autorizados a abandonar o território.

Pode parecer gratuito criticar as operações empreendidas pelo CICV e pelo CRS em Timor-Leste. Apesar de tudo não restam dúvidas de

que o seu trabalho salvou vidas e aliviou sofrimentos. Se as restrições impostas pelo governo indonésio os forçaram a escolher entre prosseguir o trabalho nos termos por ele estabelecidos ou pura es implesmenet não o fazer, há evidentemente fortes razões para apoiarmos as suas razões. Para o CICV, em Outubro de 1979, poderá ter sido necessário capitular perante as condições indonésias tendo em vista o regresso a Timor. Mas hoje, passados nove meses, o CICV está em posição de reivindicar o direito de investigar a situação dos presos políticos. A recusa por parte do governo indonésio, neste ponto, poderia destruir a cuidadosa campanha constituída em volta dos programas de auxílio.

O CRS deveria ser pressionado no sentido de cumprir efectivamente as suas funções, pois não só acatou as restrições indonésias como participou activamente na campanha Americano-Indonésia com vista a iludir a comunidade internacional relativamente à situação de Timor-Leste. Repetindo as teses Americano-Indonésias respeitantes às causas da fome, ilibou o exército indonésio. O CRS pode estar a contribuir para reduzir o sofrimento das vítimas da agressão indonésia mas não faz absolutamente nada para evitar que, no futuro, surjam mais vítimas.

À primeira vista, parece irónico que os maiores fornecedores de ajuda militar aos indonésios - E.U.A. e Austrália - sejam agora as principais fontes de auxílio no sentido de reparar os danos feitos pelos indonésios. No entanto, tal auxílio é compreensível pois o apoio humanitário faz - pelo menos por enquanto - o que o poder militar não conseguiu: dar ao Governo Indonésio o papel de Benfeitor de Timor-Leste. Se o problema dos alimentos é o único, então quem é que se lembrará de pôr em causa o que o dominio indonésio significa e significará para o Povo de Timor-Leste.